

## **I DO RELATÓRIO**

Cuida-se de análise jurídica em razão de recurso interposto pela licitante **FABI RECAPAGENS DE PNEUS LTDA** em face da decisão que classificou as empresas **GERMANO PNEUS LTDA** e **PREMIUM PNEUS LTDA** no Pregão Eletrônico nº 80/2023, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR E COLARINHOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, com as características descritas no Termo de Referência ANEXO I.

Em suas razões, aduz a recorrente que a 1ª colocada, **GERMANO PNEUS LTDA**, cotou pneu com índice de carga/velocidade 146/143K, portando com índice de velocidade inferior ao solicitado no edital.

Sustentou, também, que a 2ª colocada, **PREMIUM PNEUS LTDA**, cotou pneu com índice de carga/velocidade 146/142 G, portando com índice de carga e velocidade inferior à exigência editalícia.

Em sua parte concludente, requer a desclassificação das recorridas no Item 20 (Compras Gov) do Pregão Eletrônico n. 80/2023.

É o breve relatório. Passa a opinar.

## **II DA ANÁLISE JURÍDICA**

No caso em apreço, a controvérsia cinge-se em analisar se as recorridas atenderam, a contento, as exigências estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

Nesse ponto, afirma a recorrente que a 1ª colocada ofertou equipamento com índice de velocidade inferior ao solicitado no edital. Entende-se, contudo, entende-se que a divergência aqui questionada não necessariamente prejudica as expectativas dos resultados pretendidos pela Administração, pois o que foi pedido e o que foi proposto se trata de diferença ÍNFIMA, incapaz de causar prejuízos às expectativas da Administração.

Não se mostra razoável descartar uma proposta vantajosa e econômica para a Administração simplesmente porque o equipamento orçado apresenta diferenças incapazes de prejudicar a finalidade pública, pois, neste caso, estaria a Administração se apegando ao rigor exacerbado em detrimento do interesse público.

Ademais, em nenhum momento a recorrente demonstra qual seria o prejuízo decorrente dessa suposta diferença. A licitante sequer trouxe em seu recurso questões técnicas suficientes para comprovar que o equipamento seria insuficiente para atender as necessidades da contratante.

A mesma situação ocorre em relação ao produto proposto pela 2ª classificada. Isso porque uma simples diferença, para mais ou para menos na capacidade do produto, não vai impactar necessariamente a sua qualidade ou o fim a que se



**Jefferson Vilela**

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

destina. Além do mais, a recorrente não apontou quais seriam as consequências advindas desta divergência, somente trouxe alegações rasas e sem respaldo técnico.

Diante destas considerações, não se vislumbra qualquer irregularidade capaz de culminar na qualidade dos produtos e nos resultados pretendidos pela Administração.

A desclassificação das recorridas, como requer a recorrente, iria de encontro ao princípio do formalismo moderado, cuja observância deve ser observada pela Administração, a qual deve guardar conformidade com o complexo normativo que rege as relações jurídicas e o direito administrativo, com o objetivo precípua de privilegiar o interesse público.

E mais. A desclassificação das recorridas afrontaria o princípio da economicidade (vantajosidade); o princípio da eficiência e o princípio da supremacia do interesse público.

Como é cediço, a Administração deve sempre buscar contratos mais vantajosos economicamente. E uma das principais medidas para a aplicação desse princípio é a adoção do critério menor preço.

No caso em tela, a 1ª classificada apresentou o menor preço para o lote 01. Entender pela sua desclassificação, por uma divergência ínfima de especificações fere o princípio da economicidade, pois a Administração estaria se apegando ao rigor exagerado, haja vista que os equipamentos podem atender as expectativas da contratante.

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA  
10.412/2019  
CNPJ: 37.762.892/0001-78  
OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

[www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br](http://www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br)  
[contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br](mailto:contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br)  
[intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br](mailto:intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br)  
(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, Nº. 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL  
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, Nº. 620, SALA 607 ED. MUNDO  
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA



**Jefferson Vilela**

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

Pensar o contrário também atingiria o próprio interesse público, pois a maior vantagem para o interesse da população é quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa aos cofres públicos.

Percebe-se, portanto, que os resultados decorrentes da desclassificação das recorridas somente trariam prejuízos à Administração Pública, sendo completamente desarrazoado pautar-se no formalismo exagerado se, na prática, os bens atenderão a finalidade a que se destinam.

### **III CONCLUSÃO**

Ante o exposto, merece ser mantida a decisão em sua integralidade, opinando-se pelo julgamento **TOTALMENTE INIMPROCEDENTE** do recurso interposto.

É o parecer.

Bocaiúva do Sul/PR, 06 de março de 2024.

Jefferson Costa Vilela Pereira

OAB/RJ n. 224.547

OAB/BA n. 63.686

OAB/DF 75.483